

# A GEOGRAFIA POLÍTICA DO ESTADO DO TOCANTINS: ANÁLISE DA CRIAÇÃO/EMANCIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

*The political geography of the state of Tocantins: analysis of the creation/emancipation of the Tocantins provinces*

*La geografía política del estado de Tocantins: análisis de la creación/emancipación de municipios tocantinenses*

Jean Carlos Rodrigues<sup>1</sup>

Robson Francisco Barros dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo que ora apresentamos aborda a criação e emancipação de municípios no Estado do Tocantins, desde a época em que a região pertencia ao Estado de Goiás (1988), quando era referenciada como “Norte Goiano”, e os desdobramentos ocorridos após a instalação desta unidade da federação, a partir de 1989, sobretudo através da atuação de Siqueira Campos enquanto governador do estado. Neste trabalho, além de abordamos o fato do ponto de vista quantitativo, também tratamos das consequências políticas e territoriais, apresentando representações cartográficas que colaboram no entendimento da dimensão da fragmentação territorial sofrida na escala regional com as políticas emancipacionistas locais, bem como problematizando o uso do território tocantinense.

**Palavras-chave:** Estado do Tocantins, Criação de Municípios, Território Usado.

## Abstract

The present article seeks to examine the creation and emancipation of the provinces in the state of Tocantins, from the time when the region still belonged to the state of Goiás (1988), when it was considered the "Northern Goiás", up until 1989, following the creation of this new component of the federal state, and the ensuing consequences, especially in light of the influence of Siqueira Campos as state governor. As well as analyzing the situation from a quantitative perspective, the present study also considers the political and territorial consequences, presenting cartographic representations, which contribute to an understanding of the sheer extent of the fragmentation of the territory at a regional level as a result of local emancipationist policies, as well as considering the problematic issue of the use of the Tocantins region.

**Keywords:** State of Tocantins, Creation of Provinces, Used Territory.

## Resúmen

El artículo que ahora presentamos aborda la creación y emancipación de municipios en el Estado de Tocantins, desde la época en que la región pertenecía al Estado de Goiás (1988), cuando era conocida como “Norte Goiano”, y los desdoblamientos ocurridos después de la instalación de esta unidad de la federación, a partir de 1989, sobre todo a través de la actuación de Siqueira Campos mientras fue gobernador del estado. En este trabajo, además de abordar el hecho desde el punto de vista cuantitativo, también tratamos las consecuencias políticas y territoriales, presentando representaciones cartográficas que colaboran en la comprensión de la dimensión de la

<sup>1</sup>Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína (TO). E-mail: jean.geografia.uft@gmail.com

<sup>2</sup>Estudante do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína (TO). Aluno vinculado ao PIVIC/UFT e ao Programa Permanência/UFT. E-mail: robsonfr@hotmail.com

fragmentación territorial sufrida en la escala regional con las políticas emancipadoras locales, así como obstaculizando el uso del territorio tocantinense.

**Palabras clave:** Estado de Tocantins, Creación de Municipios, Territorio Usado.

## INTRODUÇÃO

O debate que apresentamos neste artigo apresenta resultados de uma pesquisa que desenvolvemos sobre a existência de municípios no norte goiano na ocasião da criação do Estado do Tocantins, em 1988, e sua instalação, em 1989. Além disto, ele demonstra também os novos municípios criados/emancipados a partir de 1989, com a instalação do estado tocantinense. Após tais levantamentos, construímos as representações cartográficas de cada período (até 1988 e após 1989) com o intuito de confrontá-las e debatermos sobre tais fragmentações territoriais e seus impactos na organização do território regional.

Esta abordagem é de suma relevância para a geografia, sobretudo para a geografia política, pois, conforme Castro (2007, p. 57), “aceita-se que o município é uma escala territorial da política nacional [...] porém, pouca atenção tem sido dedicada às questões que se originam, ou são afetadas, pelo espaço político que é produzido nessa escala”. Além disso, consideramos também que “(...) a fragmentação do espaço em novas unidades territoriais [municípios] pode ser entendida como a criação de espaços de poder” (CIGOLINI, 2001, p. 48). Isto reforça a tese do território usado, o qual “(...) é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (SANTOS, 2000, p. 104), incluindo dentre essas ações, a política.

A partir de análises de leis estaduais disponíveis nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; na Secretaria da Casa Civil do Estado de Goiás; no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e da coleta de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/TO) e consultas em documentos de diversas prefeituras municipais tocantinenses; elaboramos um vasto material que nos auxiliou na compreensão das políticas territoriais no Estado do Tocantins e seus impactos no uso do território.

## A CRIAÇÃO/EMANCIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS TOCANTINESES ATÉ 1988

“O Estado do Tocantins, criado em obediência à Constituição Federal de 1988, constituído de 79 municípios, foi desmembrado do Estado de Goiás, com uma área de 277.321,9 km<sup>2</sup> e passou a integrar a Região Norte” (IBGE, 1991, p. 14). Com esta afirmação, o IBGE apresenta o Censo de 1991, o primeiro do recém-criado Estado do

Tocantins. Atualmente, o estado possui 139 municípios, cuja ampliação significativa ocorreu na década de 1990 quando Estados tinham plena autonomia para criar/desmembrar municípios por meio de leis estaduais. Mas esta prerrogativa durou até 1996 e foi interrompida pela Emenda Constitucional n. 15, de 1996.

Entretanto, antes mesmo da emancipação política-administrativa do norte goiano, já haviam nesta porção do território municípios instalados com autonomia administrativa. Ou seja, muitos dos municípios que atualmente compõe o Estado do Tocantins foram criados antes mesmo desse Estado: são “resíduos” (FERNANDES, 2015) goianos em território tocantinense que interferiram em aspectos da vida social, sobretudo quanto a noção de patrimônio e pertencimento regional, tomando a noção de resíduos como “(...) aquilo que ficou de significativo, que a mudança não conseguiu romper” (FERNANDES, 2015, p. 316).

Desta feita, compreendemos que ainda há muito de Goiás no Tocantins: além das pessoas que nasceram goianas (antes de 1989), grande parte do que considera-se patrimônio cultural tocantinense é herança dos tempos de Goiás: a cidade de Natividade, por exemplo, embora tida como cidade-histórica e patrimônio cultural tocantinense, a mesma foi tombada como patrimônio histórico nacional em solo goiano em 1987 (IPHAN, 2013, p. 153) e sua existência na vida política, econômica e cultural do “norte goiano” remonta a períodos históricos ainda mais distantes que a data de seu tombamento.

Outro exemplo que podemos mencionar é o caso da cidade de Porto Nacional, que embora tenha sido tombada como patrimônio histórico tocantinense pelo IPHAN em 2008 (IPHAN, 2013, p. 153), toda a arquitetura e sentido histórico remonta a períodos muito antes disso, quando ainda era um importante entreposto comercial, político e cultural do “Norte de Goiás”. Isso sem mencionar hábitos (como as garrafadas de Wanderlândia) que eram feitas em tempos de Goiás e continuam nos tempos de Tocantins.

Além destes casos, identifica-se nas cidades tocantinenses monumentos, praças e construções cujas placas de inaugurações remontam ao tempo em que estes municípios eram goianos. Podemos citar como exemplo aquilo que observamos em Araguaína (TO), cidade emancipada em 1958, na qual estas “rugosidades” estão presentes como a Praça Dom Orione (antiga Praça das Nações, de 1972), Aeroporto de Araguaína (20/01/1979); Parque de Exposição “Governador Ary Ribeiro Valadão” (05/10/1979); Hospital São Lucas (05/05/1982); e Prefeitura Municipal “Tancredo Neves” (02/05/1986). Isto sem mencionar as ruínas da antiga Fábrica CIMBA (Centro Industrial do Médio-Baixo Amazonas), construída na década de 1960.

Estes exemplos servem para corroborar as palavras de Santos (2012) quando o autor expõe suas considerações sobre as “rugosidades da paisagem”: “as rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 2012, p. 43). E a isto acrescentamos: são rugosidades goianas em território tocantinense de dimensões e sentidos materiais e imateriais que constituem um universo representativo dos sujeitos.

A partir disto, consideramos que o único município genuinamente tocantinense é Palmas, capital, que foi construída (literalmente erguida) após 1989; os demais municípios ou foram criados ainda no tempo de Goiás (Paraiso, Miranorte, Miracema, Araguaína, entre outros) ou eram distritos de municípios goianos e foram emancipados após 1989 (Araguanã, Mateiros, Pugmil, Talismã, entre outros).

Isso demonstra que a divisão territorial “(...) tem dinamismo no tempo e no espaço” (CIGOLINI, 2012, p. 131) e que tal situação implica, inclusive, em repensar o conceito de território cuja trajetória

(...) evidencia que as divisões territoriais fazem parte da própria trajetória humana, de modo que o significado da divisão territorial vem passando por contínuas modificações, em função de novos valores e funções que emergem das delimitações de áreas (CIGOLINI, 2012, p. 130-131).

Dados do censo demográfico do IBGE de 1991 destacam que desde 1940, a região que constituía o antigo norte goiano, sofreu alterações em números de municípios e efetivo populacional, com um aumento significativo em três momentos: décadas de 1970, 1980 e 1990, sendo esta última de grande relevância dada a quantidade de municípios criados/emancipados no Tocantins, conforme a tabela 1.

**Tabela 1** – Municípios e População do Estado do Tocantins: 1940-1991

TOCANTINS	CENSO					
	1940*	1950*	1960*	1970*	1980*	1991
MUNICÍPIO	11	14	33	52	50	79
POPULAÇÃO	165.188	204.041	328.486	537.563	738.699	920.116

\*Resultado desmembrado do Estado de Goiás. FONTE: IBGE (1991). ORG: RODRIGUES, Jean Carlos.

Os dados acima indicam o número de municípios que existiam em cada década no norte goiano, desde 1940, no entendimento daquele instituto. Importante destacar que, de acordo com o IBGE (1991), os resultados apontados com relação ao período em que o Estado do Tocantins compreendia o “Norte de Goiás” foram desmembrados dos censos do Estado de Goiás, quais sejam, as informações referentes aos censos de 1940 a 1980.

Para o IBGE (1991), em 1991, portanto após a criação e instalação do Tocantins, o estado era constituído por 79 municípios.

Quando confrontamos os dados do IBGE (1991) com os números da primeira eleição para Governador, Senadores e Deputados (Federais e Estaduais) do Tocantins obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE/TO), realizada em 15 de novembro de 1988, o resultado é um pouco diferente. Constata-se que a eleição naquele ano (1988) ocorreu em 60 municípios, distribuídos em 23 zonas eleitorais, nos quais o pleito eleitoral foi realizado. com um total de 358.675 eleitores votantes (excluídos deste total, portanto, aqueles que não eram aptos a votar e os eleitores que faltaram às urnas).

Em um terceiro levantamento realizado, dessa vez pelos pesquisadores deste artigo, tendo como base os dados disponíveis na Secretaria da Casa Civil do Estado de Goiás, com acesso às cópias das leis que deram origem aos municípios do norte goiano até 1988, identificamos, ao todo, 78 municípios criados até 31/12/1988 os quais, a partir de 01/01/1989, passaram a pertencer ao Estado do Tocantins. Foi com base nesses números (78 municípios) que reproduzimos o mapa político do norte goiano que será apresentado neste trabalho.

Quando analisamos os dados de criação/emancipação de municípios por décadas, verificamos duas situações importantes: antes da criação do Estado do Tocantins, até 31 de dezembro de 1988, a década de 1980 foi o período de maior criação/emancipação de municípios no até então “norte goiano”, com 27 municípios criados/emancipados. O segundo maior período de criação/emancipação de municípios até 1988 foi a década de 1950, com 20 municípios. Interessante destacar que, coincidentemente, as décadas de 1950 e 1980 correspondem aos dois períodos da história política tocaninense com maior atuação dos movimentos pró-emancipação, conforme demonstra Cavalcante (2003) e Rodrigues (2012b).

Na década de 1980, a campanha pró-criação do Estado do Tocantins ganhou força junto com novas ações políticas, em escalas regional e nacional, como, por exemplo, a criação da CONORTE e a formação de uma frente parlamentar suprapartidária com forte influência na Assembléia Nacional Constituinte (ANC) (CAVALCANTE, 2003; RODRIGUES, 2010). A mesma foi instituída em 1987 e seus trabalhos se estenderam até 1988 tendo como compromisso redigir a nova constituição para o país. Foi nessa ocasião que 10 (dez) comissões foram formadas com o intuito de desenvolver diversos estudos e debates sobre assuntos específicos.

Uma destas comissões foi a “Comissão de Organização do Estado”, na qual se inseria a “Sub-Comissão dos Estados”, a qual tinha como Presidente, o Senador Chagas Rodrigues; como primeiro Vice-Presidente, o Constituinte Valmir Campelo; como segundo Vice-Presidente, o Constituinte Fernando Gomes; e nomeado como Relator, o Deputado Federal Siqueira Campos. Foi nesse espaço político que se deu a formulação do artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Brasil que trata da criação do Estado do Tocantins, o qual foi elaborado e aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte e depois publicado na Carta Magna de 1988 sob o número 13 (RODRIGUES, 2010).

É difícil, neste momento, considerarmos se: (a) a criação/emancipação de municípios na década de 1980 no então “norte goiano” foi uma estratégia política do Governo de Goiás em atribuir maior autonomia política-administrativa a novos entes federados como resposta ao movimento emancipacionista tocantinense; (b) ou se a criação de novos municípios naquela década era resultante de uma nova conjuntura política nacional que favorecia tal expansão de municípios por meios constitucionais e o governo goiano se aproveitou deste contexto, haja vista que esta ocorrência alcançou outras unidades da federação naquele mesmo período.

De acordo com Tomio (2005b, p. 125), a criação de novos municípios na década de 1980 ocorreu em todo o país incentivados, entre outros motivos, pela ampliação de recursos fiscais transferidos aos municípios. Segundo o autor

esse contexto caracterizou-se pela ampliação dos recursos fiscais transferidos aos municípios, pela descentralização da regulamentação do processo emancipacionista em favor dos estados e pela definição de mecanismos legais que conferiram a iniciativa legislativa a atores locais e o controle da maior parte do processo das emancipações às assembleias legislativas (TOMIO, 2005b, p. 125)

Dentre as transferências de recursos fiscais aos municípios esta o Fundo de Participação dos Municípios (FPM): quanto mais municípios fossem criados, maior seria a participação do estado no FPM, o que provocou uma forte política de divisão territorial nas unidades da federação, até a Lei Complementar nº 62/1989, que modificou a forma de distribuição dos recursos deste fundo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, na década de 1980 foram criados 101 (cento e um) municípios que resultou “(...) no crescimento de 12,88% na participação dos municípios do estado no total de recursos do FPM” (TOMIO, 2005b, p. 131).

Por outro lado, também consideramos de relevância a constatação do número de municípios criados/emancipados na década de 1990, com o Estado do Tocantins já instalado. Esta observação é importante porque a maior parte destes municípios foram criados/emancipados em 1991, apenas dois anos após a instalação do Estado do Tocantins, um momento muito sensível para a história tocantinense haja vista que questões de ordem econômica, política, cultural, dentre outras, ainda não estavam muito bem assentadas na nova unidade da federação.

### **A CRIAÇÃO/EMANCIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS TOCANTINESES APÓS 1989**

Quando cruzamos estas informações com os dados eleitorais do Estado do Tocantins disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), constatamos que a maior parte destas novas unidades administrativas tocantinenses se emanciparam por lei estadual sancionada pelo Governador Siqueira Campos ao longo de seus quatro mandatos à frente do poder executivo estadual. Enquanto Siqueira Campos criou/emancipou 49 (quarenta e nove) municípios, Moisés Avelino foi responsável por sancionar a criação/emancipação de 12 (doze) municípios. A tabela 2 apresenta o período de criação/emancipação de municípios no Estado do Tocantins a partir de 01 de janeiro de 1989 e os respectivos governadores responsáveis pelas sanções às leis estaduais.

**Tabela 2** - Municípios Criados/Emancipados a partir de 01/01/1989, por mandato

<b>Ano</b>	<b>Governador/Mandato</b>	<b>Quantidade</b>
1989	Siqueira Campos (01/01/1989 – 14/03/1991)	1
1991	Siqueira Campos (01/01/1989 – 14/03/1991)	44
1992	Moisés Avelino (15/03/1991 – 31/12/1994)	00
1994	Moisés Avelino (15/03/1991 – 31/12/1994)	12
1995	Siqueira Campos (01/01/1995 – 31/12/1998)	03
1996	Siqueira Campos (01/01/1995 – 31/12/1998)	01
<b>TOTAL</b>		<b>61</b>

\*Embora em 1992 o Governador Moisés Avelino tenha sancionado a Lei nº 498 que criava/emancipava 44 municípios no Estado do Tocantins, a referida legislação apenas dava nova redação à Lei nº 251, de 1991, do Governador Siqueira Campos, alterando limites de municípios e determinando a instalação destes a partir de 01/01/1993. FONTE: IBGE; TSE; Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. ORG: RODRIGUES, Jean Carlos.

Podemos observar na tabela 2 que dos 61 municípios criados/emancipados após primeiro de janeiro de 1989, Siqueira Campos, ao longo de suas duas primeiras gestões como Governador, foi responsável pela criação/emancipação de 49 municípios (80,32%), Moisés Avelino foi responsável pela criação/emancipação de 12 municípios (19,67%). Entretanto, embora estes municípios tenham sido criados em 1991 eles foram instalados apenas em 01 de janeiro de 1993, por força do artigo 3º da lei nº 498, de 21 de dezembro de 1992, a qual alterou, em parte, a lei nº 251, de 20 de fevereiro de 1991.

Cabe aqui uma constatação que resulta de uma observação feita anteriormente acerca da importância e influência política que Siqueira Campos exerceu junto à Sub-Comissão dos Estados na ANC ocupando sua relatoria e atuando de forma incisiva no projeto de criação do Estado do Tocantins naquela ocasião: uma vez criada a nova unidade da federação, Siqueira Campos se coloca como candidato a ser seu primeiro governador com uma campanha que atribui a si o papel de criador do novo estado com o lema “quem criou, merece”. Em uma de suas falas na ANC, Siqueira Campos diz:

convocado pelas forças populares tocantinenses, aceitei ser candidato ao Governo do Estado do Tocantins, encabeçando uma chapa de união ou não, para implantar a nova administração e construir um estado do qual possamos, os tocantinenses, orgulhar-nos e sirva de exemplo, pela sua modernidade, aos demais estados brasileiros (CAMPOS, 1988, p. 12.144).

Desta forma, verifica-se que Siqueira Campos ocupou um papel de destaque no projeto de criação do Estado do Tocantins, fragmentando o território goiano e, posteriormente, fragmentando o território do próprio estado recém-criado por meio de uma forte política de desmembramento territorial na qual expandiu de forma considerável a existência de municípios na nova unidade da federação. Se Siqueira Campos é tido, simbolicamente, como o “pai” do Tocantins, também é “criador” de municípios, constituindo um significativo capital político em torno de si e lhe atribuindo uma confortável posição nas relações e disputas de poder regional que podem ter influenciado de forma significativa em suas três eleições seguintes para Governador do Estado do Tocantins (RODRIGUES, 2012a).

Essa tese corrobora a argumentação de Tomio (2005a, p. 105) para o qual “o processo de fragmentação municipal recente não é resultado direto do regime político, um efeito da democratização, mas foi gerado por fatores políticos e institucionais mais específicos e, sobretudo, por decisões legislativas estaduais”. No caso tocantinense, identifica-se fatores de interesses políticos locais como responsáveis por tamanha divisão



territorial com forte atuação e interferência de um dos principais protagonistas da emancipação estadual e que se tornou seu primeiro governador e se reelegeu para mais três mandatos.

Segundo Tomio (2005a, p. 116), há um grave problema orçamentário com a política de divisão territorial, tanto para os novos como para os antigos municípios, pois “menos recursos nos antigos municípios e mais governantes locais com demandas legitimadas pelo *status* municipal (e por eleições) significam maior pressão por gastos públicos nos estados e na União”. E Castro (2007, p. 69) complementa esta preocupação ao supor que “(...) se a sobre-representação dos municípios menos povoados constitui um pesado encargo para as finanças desses municípios, não há evidências sobre se há ou não um retorno equivalente em políticas públicas eficientes”.

A distribuição geográfica dos municípios criados/emancipados no Estado do Tocantins após a implantação deste estado em 01/01/1989 é bastante diversificada e atribuiu a esta unidade federativa um novo ordenamento territorial, político e administrativo. A política territorial de reprodução de municípios tocantinenses abrange todas as regiões administrativas do estado e representa a dimensão territorial das ações políticas que resultaram em um significativo aumento de municípios no Tocantins, sobretudo a partir de sua instalação.

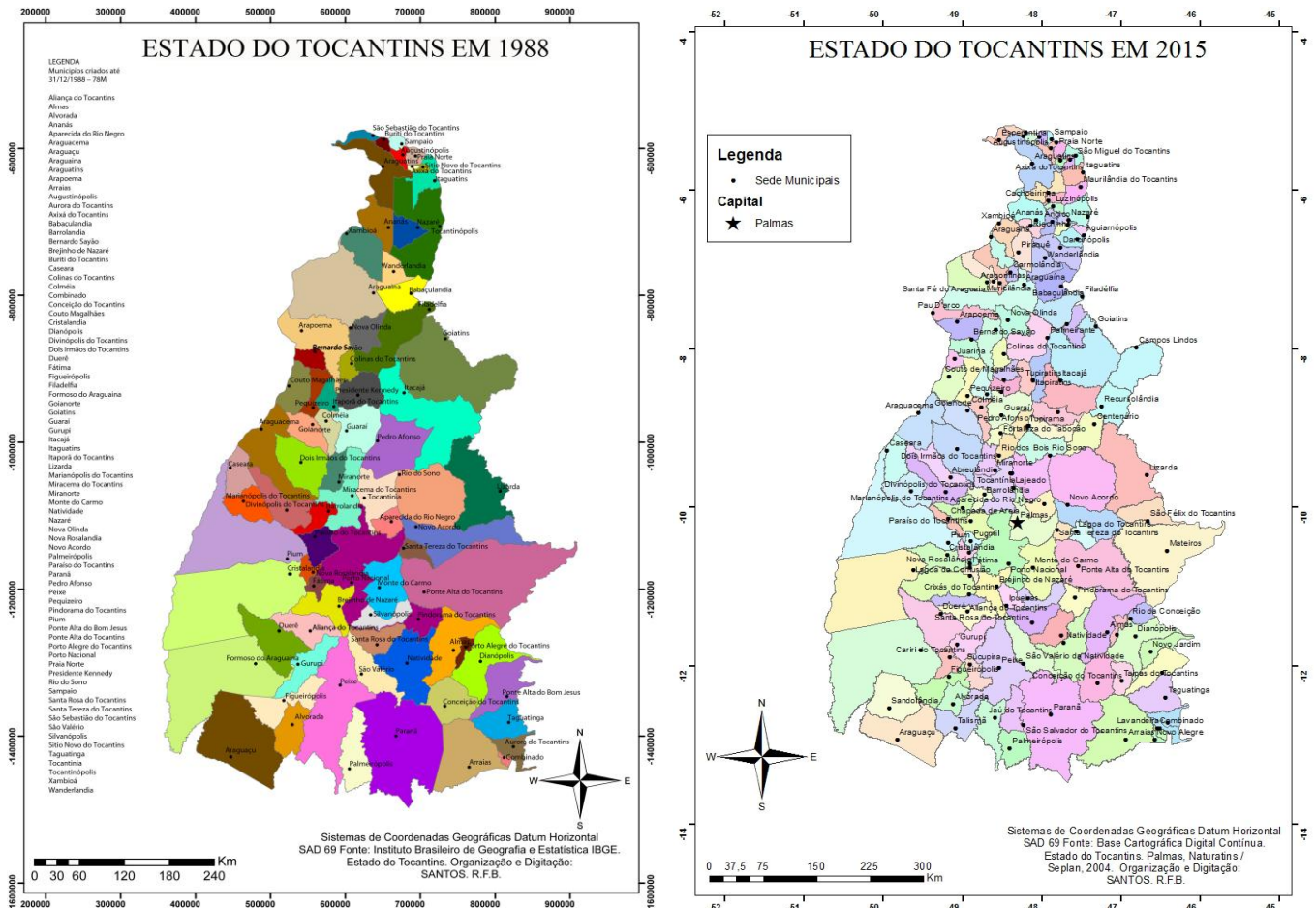
Esta política territorial foi responsável pelo novo desenho da geografia política tocantinense e interferiu nas relações de poder local e regional. Isto revela que “(...) a geografia nunca deixou de estar presente na vida política do país, e é no conhecimento da dinâmica da ocupação do território [que as decisões políticas] adquirem significados” (CASTRO, 2005, p. 134).

O desafio maior desta pesquisa foi reproduzir a base cartográfica dos municípios existentes no até então norte goiano, em 1988, os “resíduos” goianos que foram “herdados” pelo Tocantins e compará-los com a atual divisão de municípios no estado. A elaboração destas representações foi possível a partir de consultas em diversos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além do IBGE, também pesquisamos nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e de Goiás, bem como nos resultados da primeira eleição para cargos executivo e legislativo tocantinense realizadas em novembro de 1988 acessadas no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/TO). As inconsistências identificadas no cruzamento dos dados destas três fontes foram sanadas com consultas aos próprios municípios no que tange a história de criação/emancipação de cada um.

Os resultados alcançados nos permitiram organizar o mapa político do Estado do Tocantins de 1988 e compara-lo com a atual divisão de municípios pelo território tocantinense, conforme o mapa 1.

**Mapa 1 – Municípios do Estado do Tocantins em 1988 e 2015**



Conforme apresentado nos mapas acima, o Estado do Tocantins, quando criado em 1988, possuía 78 municípios, sendo que a maior parte destas unidades administrativas foram emancipadas nas décadas de 1980 (27) e em 1950 (20). Em nosso levantamento, identificamos no antigo norte goiano até 04 (quatro) gerações de municípios, ou seja, territórios que sofreram fragmentações em 04 (quatro) dimensões que originaram diversos outros municípios em cada um destes “recortes”, indicando o uso do território enquanto finalidade política de criação de municípios;

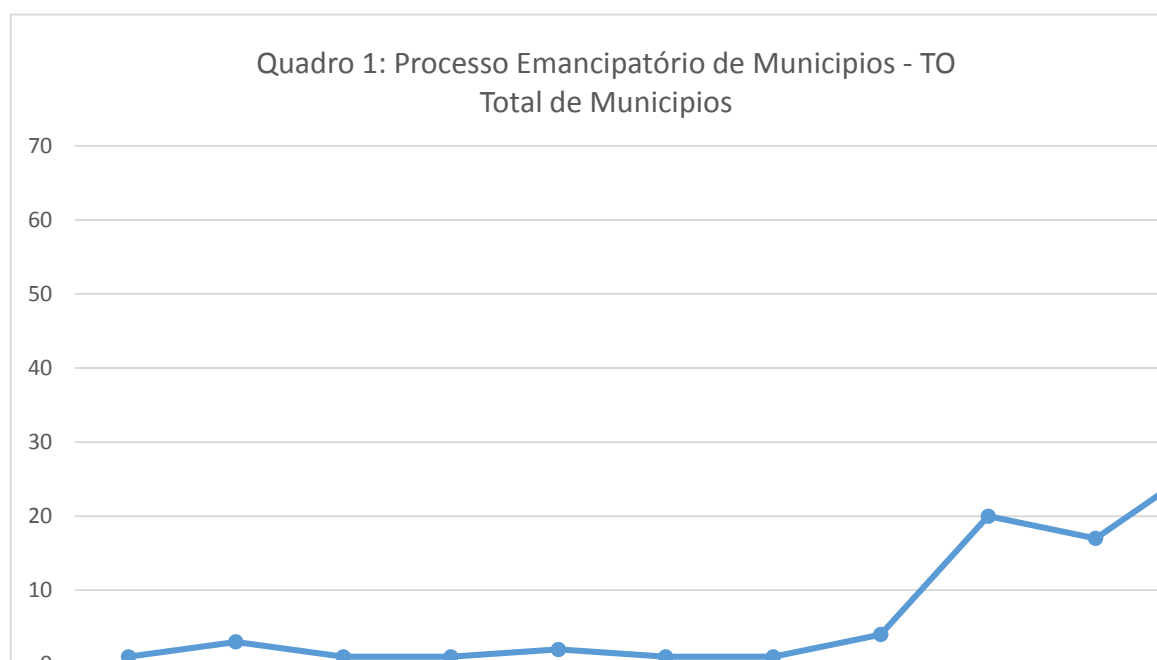
Exemplos desta constatação são os casos de: (a) Itaguatins (1945 – 1ª geração) deu origem a São Sebastião do Tocantins (1963 – 2ª geração) que originou Augustinópolis (1982 – 3ª geração) que, por fim, desmembrou Sampaio (1988 – 4ª geração). Um segundo

exemplo: (b) Pedro Afonso (1887 – 1ª geração) deu origem a Araguacema (1919 – 2ª geração) que originou Miracema do Tocantins (1948) que, enfim, desmembrou Miranorte (1963), Divinópolis do Tocantins (1987) e Barrolandia (1988), estes três últimos municípios constituindo a 4ª geração desta sequência de fragmentações territoriais originadas do antigo território de Pedro Afonso.

Além disso, a partir das representações cartográficas apresentadas anteriormente, é nítida a fragmentação territorial sofrida pelo antigo “norte goiano” em várias dimensões no que tange a ampliação do número de municípios no contexto regional, expandindo, por consequência, a existência de centros de poder locais dado que cada município possui autonomia política e administrativa. Além disso, vale ressaltar, que esta autonomia vem acompanhada de um gasto público relevante para a implantação da “máquina” pública administrativa municipal, tanto para: (a) a instalação dos poderes executivo (prefeito, secretários) e legislativo (vereadores e assessores); e (b) para a contratação de servidores públicos municipais; o que torna esse processo de custo elevado para localidades com baixa arrecadação, tornando-os, em alguns casos, dependentes de recursos advindos do poder executivo estadual.

Esta ampliação também implica no aumento de participação de partidos políticos em eleições, tanto municipais quanto estaduais, e tornam o processo administrativo mais complexo na medida em que se tornam necessárias alianças e coligações para cada pleito eleitoral, e isso envolve, necessariamente, a participação de atores políticos e gestores locais (municipais). Isto porque é no município que as tensões políticas são mais sensíveis por este ser o local de vida e residência de eleitores que sentem, mais de perto, os sucessos, os dramas e as incertezas das ações políticas tomadas em escalas locais, regionais e nacionais.

O quadro 1 apresenta o processo emancipatório de municípios no Estado do Tocantins de 1810 a 1990.



Fonte: Casa Civil do Estado de Goiás; Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins; IBGE (1991; 2000; 2010). ORG: RODRIGUES, Jean Carlos.

Conforme exposto no quadro 1, as décadas de 1950, 1960 e 1980 ampliaram consideravelmente o número de municípios no norte goiano. E na década de 1990, o Estado do Tocantins emancipou o dobro de municípios em comparação com a década anterior. Ainda de acordo com o levantamento realizado, não identificamos nas pesquisas os municípios que deram origem a Arraias, Dianópolis, Itaguatins, Natividade, Paranã, Pedro Afonso, Porto Nacional, Presidente Kennedy e Tocantinópolis.

Dos municípios listados acima, com exceção de Itaguatins e Presidente Kennedy<sup>3</sup>, os demais tem origem no século XIX, o que pressupõe que sejam considerados autóctones e não tiveram suas origens a partir dos desmembramentos territoriais de outros municípios. Porto Nacional, por exemplo, deu origem a 09 (nove) municípios, a maioria na década de 1950; e Pedro Afonso originou outros 05 (cinco) municípios, a maioria também na década de 1950. Estas informações nos remetem a idéia da dimensão territorial destes municípios que estamos denominando de “1ª geração”, a maioria fundados no século XIX.

<sup>3</sup>A respeito do município de Presidente Kennedy, a Secretaria da Casa Civil do Estado de Goiás, diz que o mesmo foi “criado pela Lei nº 2.343, de 5 de dezembro de 1958 (D.O. de 28-12-1958), com o nome de Tupiratins, [e] o Município passou a denominar-se Presidente Kennedy, por força da Lei nº 7.449, de 30 de novembro de 1971 (D.O. de 31-12-1971), ficando a sua sede transferida para o povoado de igual nome”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstituir o território goiano com os “resíduos” herdados pelo Estado do Tocantins no momento de sua criação (1988) e instalação (1989), e em seguida acrescentar o novo, o criado/emancipado, implica em uma complexa tarefa de compreender a construção de um território e seu uso político, econômico e cultural, guardadas as devidas proporcionalidades históricas envolvidas nessa tarefa. Além disso, dada a escassez de dados oficiais e a ausência de um banco de dados sobre os temas propostos para esta pesquisa, os dados apontados até o momento são o resultado de cruzamentos de dados de diversas fontes, as quais podem ser verificadas nas referências.

Neste sentido, mais que território, falamos de território usado, pois entendemos que sua fragmentação também é uma forma de usá-lo para constituir escalas de poder local e regional e estabelecer novos grupos políticos. Ou seja, a intensa fragmentação territorial sofrida pelo Estado do Tocantins (sobretudo na década de 1990, com a criação de 61 municípios) revela-nos as intencionalidades dos sujeitos políticos envolvidos no processo de apropriação, domínio e controle deste território.

Além disto, o que este artigo se esforçou em demonstrar foi este complexo caminho, que envolve fragmentações seguidas de fragmentações territoriais; de aprovações de leis e alterações e/ou revogações dessas mesmas leis; de nomeações de lugares e renomeações dos mesmos lugares. Estas questões humanizam o território e revelam o quanto ele é resultado de ações e interações sociais no processo de sua organização, seu uso e controle.

Conseguimos, neste artigo, através de pesquisas em diversas fontes, cruzamentos de dados, produção de tabelas, gráficos e representações cartográficas elaborar um vasto material de significativa importância política e cultural para o contexto regional, de um lado, e para a geografia política do Estado do Tocantins, do outro, até então não discutidos tampouco publicados pela Geografia do Tocantins. A pouca atenção dada pela geografia regional para a criação/emancipação de municípios indica-nos que ainda há muito por fazer na geografia política regional, uma vez que os resultados apontados neste artigo já nos levantam novas dúvidas, o que nos estimula a continuar a percorrer por este caminho.

Por fim, alcançamos até momento o objetivo de demonstrar a configuração territorial, e seus municípios, do estado tocaninense com dados desmembrados do estado goiano e apresentar à comunidade geográfica as fragmentações territoriais desta unidade da

federação, tanto aquelas herdadas dos tempos de Goiás (resíduos) como aquelas constituídas nos tempos de Tocantins.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2014.
- CAMPOS, Siqueira. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 28 jul 1988, p. 12.144 (Comunicação Oral).
- CASTRO, Ina Elias de. **Geografia e Política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. Do espaço político ao capital social. O problema da sobre-representação legislativa nos municípios pequenos. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 56-72, mai./ago. 2007. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/259/203>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- CASA CIVIL DO ESTADO DE GOIAS. Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/155258/criacao-dos-municipios>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- CAVALCANTE, Maria do E. S. Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: Edusp, 2003.
- CIGOLINI, Adilar Antonio. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. **Ra'E Ga**, 2001, p. 46-66.
- \_\_\_\_\_. Território e Criação de Municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço. **Ra'E Ga**, n. 25, 2012, p. 111-133.
- FERNANDES, Paulo I. Barreto. **Uma geofilosofia do cotidiano e dos lugares: modernidade e representações no (e do) trem de passageiros na região do Triângulo Mineiro**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2015.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <[http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991: Tocantins**. IBGE: Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-50, 1991.
- IPHAN. **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livro do Tombo (1938-2012)**. Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins**: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense. São Paulo: Blucher, 2010.

\_\_\_\_\_. Identidade, política e eleição no estado do Tocantins: 1988-2010. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 127-137, jul./dez. 2012a.

\_\_\_\_\_. “O Tocantinense não é Goiano”: a identidade regional e a criação do Estado do Tocantins. **Espaço & Geografia**, v. 15, n. 02, p. 475-490, 2012b.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Território**, ano V, n. 09, p. 103-109, jul/dez 2000.

TOCANTINS. **Constituição do Estado do Tocantins**. 1989. Disponível em: <<http://portal.to.gov.br/governo/legislacao/1069>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Legislação Estadual**. Palmas: Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. Disponível em: <<http://www.al.to.gov.br/legislacaoEstadual>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Autonomia municipal e criação de governos locais: a peculiaridade institucional brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba, vol. 42, p. 103-120, 2005(a). Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/view/5178/3894>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Federalismo, município e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 24, p. 123-148, jun 2005(b). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a09n24.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas de Resultados** – Resultado da Eleição. Vários Anos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 15 mar. 2012.